

**AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA: PRÁTICAS
AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO LEONIR ORBACK
EM SANTA HELENA DE GOIÁS**

**AGROECOLOGY AND AGRARIAN REFORM:
AGROECOLOGICAL PRACTICES IN LEONIR ORBACK
SETTLING IN SANTA HELENA DE GOIÁS**

207

ANA BÁRBARA FERNANDES

Discente do Mestrado em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás,
Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás / GO
anabarbarafernandes@hotmail.com

EDEVALDO APARECIDO SOUZA

Docente dos Mestrados em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás,
Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás / GO) e da UNEMAT - Universidade do
Estado de Mato Grosso, *Campus Cáceres, Cáceres / MT*
ediueg@gmail.com

VANDERVILSON ALVES CARNEIRO

Docente do Mestrado em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás,
Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás / GO
profvandervilson@gmail.com

JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS

Docente dos Mestrados em Geografia, *Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás / GO* e
Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, *Campus Nelson de Abreu Júnior,*
Anápolis / GO da UEG - Universidade Estadual de Goiás
svcjean@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa associou dois fenômenos importantes para os pequenos produtores do campo: a questão agrária, manifestada na luta pela conquista e permanência da terra; a agroecologia como modelo de produção agrícola capaz de se colocar, de um lado, como projeto político e econômico de embate ao modelo convencional e mercadológico, e de outro como potencializadora de renda, utilizada como estratégia de permanência das famílias camponesas e agricultoras familiares no campo. O objetivo foi observar como o acampamento Leonir Orback organiza, estrutura, e pratica o modelo agroecológico dentro de um pensamento político maior, ou seja, a luta pela democratização da terra dentro da proposta de reforma agrária. O acampamento está localizado no município de Santa Helena de Goiás, onde os acampados procuram desenvolver práticas agroecológicas em seus manejos, tanto para consumo próprio quanto para alimentos a serem comercializados. No entanto, não é uma tarefa fácil, haja vista que as lavouras de cana-de-açúcar e soja estão às margens do acampamento, realidade em todo o Sudoeste Goiano, considerado o berço do agronegócio, por possuir os principais municípios produtores de grãos do estado, com agricultura altamente mecanizada e com destaque em produtividade em nível nacional. A pesquisa revelou que as instituições de ensino, tem um papel relevante nos movimentos sociais, pois grande parte do apoio vem de universidades e institutos que, além de estudar esses setores, oferecem

apoio e orientação, além da propagação de seus conhecimentos e ensinamentos. A metodologia utilizada estruturou-se nos métodos de pesquisa qualitativa, o método de abordagem foi o dialético e os procedimentos metodológicos se pautaram em pesquisa bibliográfica e visitas às famílias no acampamento.

Palavras-chave: Agroecologia. Agronegócio. Acampamento Leonir Orback. Reforma Agrária.

Abstract: This research has associated two important phenomena for small farmers: the agrarian question, expressed through struggles and land permanence; agroecology stands as an agricultural production model, which can be regarded, on one hand, as a political and economic project to fight the conventional and commercial model, and on the other hand, as an income booster, used as a strategy by peasants and family farmers to stay in the land. Our objective was to observe how the Leonir Orback settling organizes, structures and develops the agroecological model within a larger political thought, that is, the fight for agrarian reform-related land democracy. The settling is located in the town of Santa Helena de Goiás, where settlers seek to carry out agroecological practices in their jobs, both for their own consumption and for food retailing. However, it is not an easy task, since sugarcane and soy plantations are grown alongside the settling, a reality throughout the Goiás Southwest, regarded as the agribusiness birthplace, thanks to main top crop-yielding towns in the state, with a highly mechanized agriculture and national high production. Our findings indicate that teaching institutions have a major role in social movements because most of the support comes from universities and institutions, which, besides offering support and orientation, spread knowledge and lessons. Our methodology relied on qualitative research methods, we used the dialectic approach and the methodological procedures were based on bibliographic research and visits to families in the settlings.

Keywords: Agroecology. Agribusiness. Leonir Orback Settling. Agrarian Reform.

Introdução

Esta pesquisa buscou associar dois fenômenos importantes para os pequenos produtores do campo. A primeira refere-se à questão agrária, manifestada na luta pela conquista e permanência da terra, a outra, a agroecologia como modelo de produção agrícola capaz de estabelecer dois fatores importantes. O primeiro, apresentar um projeto político e econômico de embate ao modelo convencional e mercadológico, produzindo alimentos saudáveis e resgatando práticas coletivas, de reciprocidade e de respeito ao meio ambiente, o segundo, como potencializadora de renda, utilizada como estratégia de permanência das famílias camponesas e agricultoras familiares no campo. Souza (2018, p. 175) apresenta a Agroecologia, assim como a Educação do Campo:

Como estratégias de resistência e/ou (re)existência no campo, visto que são formas teóricas e práticas de atuarem na compreensão e implementação concreta de modelos contra-hegemônicos para produção de conhecimentos e alimentos.

A agroecologia busca a produção de alimentos sustentáveis, com a menor degradação ambiental possível, livre de venenos e em equilíbrio dinâmico com a

natureza, além de proporcionar a soberania alimentar. De acordo com Carli (2013), a agroecologia engloba sistemas produtivos e práticas agropecuárias sustentáveis. Ela vem acompanhada com conceitos de resgate de agricultura camponesa, saberes agropecuários dos povos tradicionais e indígenas, e com algumas organizações sociais que vêm se opondo ao modelo agropecuário brasileiro, um exemplo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que está cada vez mais envolvido com a prática agroecológica.

Criado em 1984, o MST é considerado um dos maiores movimentos camponeses, não só do Brasil, mas também do mundo, tendo como objetivos principais a luta pela terra e pela reforma agrária. Nas últimas décadas o movimento tem mudado seu discurso em relação as práticas de produção pelos agricultores dos assentamentos, que antes praticavam o modelo convencional, agora estão migrando para o viés agroecológico, ou seja, estão experienciando produzir alimentos sem venenos, priorizando práticas coletivas, reforçando as cadeias curtas de comercialização e pensando na soberania alimentar. Segundo Souza (2018), a agroecologia se consolidou na última década também como instrumento de resistência popular no campo, representando uma abordagem dialética no embate ao agronegócio.

No Brasil, o MST colocou em seu discurso a agroecologia enquanto bandeira política, se opondo ao modelo agrícola hegemônico e nada sustentável, ou seja, o agronegócio. Os princípios da agroecologia estão baseados na diversificação de cultivos e na pequena produção, sempre respeitando o meio ambiente, pautado no manejo adequado dos recursos, respeitando todos os ciclos da natureza, e na responsabilidade social das populações locais. Esses princípios vem ao encontro da busca pela modificação das relações sociais na agricultura, de dependência, exploração e degradação, por práticas que direcionem-se para uma agricultura mais sustentável (GOMES; SILVEIRA, 2002).

A pesquisa priorizou pensar as ações do MST no Sudoeste Goiano, regionalização administrativa do governo do Estado de Goiás, que considera a região como o berço do agronegócio, haja vista possuir os principais municípios produtores de grãos do estado, com produção altamente mecanizada e destaque a nível nacional em

produtividade (GOMES, 2020) agrícola e pecuária. No meio dessa estrutura fundiária altamente concentrada, no município de Santa Helena de Goiás, surge o acampamento Leornir Orback, recorte espacial dessa investigação, coordenado pelo MST, que está no local desde 2016, onde buscam desenvolver práticas agroecológicas em parte de suas produções.

O objetivo foi conhecer a organização, estrutura, e prática agroecológicas do acampamento Leornir Orback, dentro de um pensamento político maior, ou seja, a agroecologia como bandeira do MST para a sociedade e sua inserção na luta pela democratização da terra dentro da proposta de reforma agrária. Metodologicamente o estudo caracteriza-se como qualitativo e de natureza descritivo-exploratória, para conhecer as potencialidades, fragilidades e dificuldades da luta pela terra e para produção no acampamento pesquisado, dentro da perspectiva do MST.

Como procedimentos metodológicos, foram realizadas visitas às famílias no acampamento Leonir Orback, próxima a cidade de Santa Helena de Goiás. A visita foi organizada pelos coordenadores do acampamento, no qual, ao chegar já estava organizada uma entrevista coletiva com 10 famílias para falarem sobre o funcionamento do acampamento. Após, dividiu-se o grupo em duas turmas para visitar algumas casas e almoçar. Em função da pandemia, foi realizada somente uma visita no local no dia 20 de novembro de 2021 e, para otimizar o tempo e a organização das famílias, estavam presentes um grupo de acadêmicos pesquisadores para Trabalho de Curso e Iniciação Científica. Foram utilizados para as entrevistas gravador de áudio, câmera de foto/vídeo, blocos de notas.

A observação procedeu durante a caminhada para visita às famílias e, depois de finalizada a pesquisa campo, escreveu-se os fatos observados. As informações foram levantadas por intermédio de perguntas semi-estruturadas, documentação fotográfica do local para aquisição de informação da prática agroecológica, que deu embasamento para a aferição da discussão e dos resultados nessa pesquisa.

Discussões conceituais da agroecologia

A agroecologia é uma forma de soberania alimentar e possui duas matrizes fundadoras principais: a agricultura alternativa científica e os saberes tradicionais desenvolvidos por um modelo produtivo baseado nos seus conhecimentos sustentáveis particulares (CARLI, 2013). Dessa maneira, os conhecimentos dos camponeses ou pequenos agricultores são perpetuados através de gerações, e pelos conhecimentos científicos adquiridos através da ajuda deles. Os saberes e suas interações foram historicamente formulados perante as necessidades quotidianas estabelecidas na vivência camponesa e indígena com o seu ideal de temporalidade (o passado e o presente da comunidade), assim como as suas relações com o meio ambiente e as demandas alimentares. Essa perspectiva pode ser observada por Altieri (2012, p. 105) ao afirmar que:

A agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de ecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de partes externas de energia. A proposta da agroecologia enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua propriedade e a sua sanidade dos cultivos.

Esse modelo tem como princípio básico o uso racional dos recursos naturais e surge como mecanismo de transformação da situação atual da agricultura, preocupando-se, não apenas com a cadeia produtiva e a renda, mas com a relação ser humano-ambiente, buscando modelos sustentáveis para o campo (CAPORAL *et al.*, 2009). Além disso, possibilita a prática de várias formas de produzir alimentos saudáveis, sem descuidar das águas, mantendo a vida nos solos, preservando as espécies de plantas, animais e microorganismos.

A agroecologia engloba orientações de como fazer isso, cuidadosamente, sem provocar danos desnecessários ou irreparáveis. Além da luta contra as pragas, doenças ou problemas do solo, o agroecologista procura restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Se a causa da doença, das pragas, da degradação do solo, por exemplo, for entendida como desequilíbrio, então o objetivo do tratamento agroecológico é restabelecê-lo (ALTIERI, 2004, p. 22).

Na prática agroecológica, não é utilizado nenhum tipo de defensivo agrícola químico (agrotóxico) para controle de infestações. De acordo com Altieri e Nicholls (2000), são as interações entre os diversos componentes bióticos do agroecossistema que vão contribuir de forma positiva para o controle biológico de ervas e insetos indesejáveis, reciclagem de nutrientes, conservação da água, conservação e/ou regeneração do solo, além do aumento da produtividade agrícola de forma sustentável. Sendo assim, através da prática agroecológica é possível cultivar diversas espécies de forma integrada, fazendo uso de culturas anuais e permanentes, rotação de culturas, incorporando num mesmo sistema árvores frutíferas e florestais, contribuindo para a sustentabilidade daquele agroecossistema (VARGAS *et al.*, 2013).

Souza (2011) aponta que a agroecologia tem sido amplamente discutida em diferentes espaços, desde o acadêmico até aqueles dos movimentos sociais. Tal prática vem se tornando uma das bandeiras levantadas pelo MST.

Discutir agroecologia é pensar a redemocratização da posse da terra e a garantia de uso dos territórios pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. Sem reforma agrária não há agroecologia, sem demarcação de terras indígenas não há agroecologia, sem delimitação dos territórios quilombolas não há agroecologia, sem os geraizeiros, sem as quebradeiras de coco, sem os retireiros, sem as comunidades de fundo e fecho de pasto, sem tantos outros povos tradicionais, não há agroecologia (SOUZA *et al.*, 2018, p. 250).

A agroecologia, conforme Souza (2018, p. 178):

Potencializa o aumento da produção a custos bem reduzidos e em pequenas parcelas de terras. Mas, para isso, é preciso mudar os paradigmas, questionar o modelo imposto, só assim as mentes se abrirão para novos saberes”.

Ou seja, é preciso mudar o pensamento, as crenças, para mudar as práticas dentro dessa perspectiva de sustentabilidade.

Estrutura fundiária e reforma agrária no Brasil

Desde a chegada dos portugueses, a concentração de terras, a monocultura para exportação e o trabalho escravo se firmaram como modelo de ocupação de terras no Brasil, pautando-se na concentração fundiária e desigualdade social. Grande parte das

terras sempre ficaram nas mãos de coronéis, os mais ricos desse país. Apenas 1% dos proprietários de terras controlam mais de 50% das propriedades rurais. Essa realidade pode explicar os reflexos da não reforma agrária, na força do coronelismo, em vigor no final do século XIX e início do século XX (SILVA; SOUZA, 2017). No final do século XX e início do XXI, o modelo monocultor não apenas permanece, mas se intensifica com as atividades do agronegócio e o dinamismo econômico, reconfigurado nas relações socioespaciais, oriundas das contradições do modelo concentrador e excludente (CALAÇA; SILVA; NOVAIS; 2021). Para Oliveira (2007):

Grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque no Brasil, ela funciona, ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, o Brasil tem uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis.

A reforma agrária dos países capitalistas mais avançados foi um instrumento essencial da revolução burguesa. Ao analisar a história da Inglaterra, Estados Unidos, França, verifica-se que nessas nações, assim como em outras, a dissolução dos feudos e a distribuição de terras entre camponeses foi um elemento fundamental para que o capitalismo pudesse criar uma agricultura mais produtiva, mercado interno de massas, o que gerou um força maior para o desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2007). No Brasil essa reforma agrária não se realizou, manteve a mão de obra escravocata e posteriormente a substituiu pelo assalariamento de imigrantes, impedindo a ambos o acesso à terra e mantendo a condição de precarização do trabalho.

O Cerrado e os povos que nele vivem sofrem com essa alta concentração de terra. Segundo Chaveiro (2020), o mecanismo de transformação do Cerrado em fronteira agrícola o colocou na rota da economia mundial, gerando pressão, fragmentação, confinamento e redução das terras de povos indígenas, quilombolas, camponeses e vários outros povos tradicionais. Por isso, há muitas lutas contra o modelo concentrador de terras e contra o agronegócio no Brasil, que aumentaram no final do século XX, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outras organizações do campo. Silva e Souza (2017) apontam que a questão agrária no

Brasil é geradora de complexas discussões em âmbitos políticos e institucionais e esse foi o motivo do surgimento de vários movimentos sociais camponeses.

Segundo Cardart (2001), o MST, é considerado o principal movimento social rural no Brasil e um dos mais importantes do mundo, remetendo a uma problemática agrária, estrutural e histórica no Brasil, tendo como objetivos a luta pela terra e pela reforma agrária. Sendo assim, o movimento, busca territorializar as famílias camponesas, e o principal meio utilizado para isso é a ocupação de terras e/ou acampamentos.

Ainda conforme Cardart (2001), o MST é proveniente das manifestações de luta por terras resgatadas no final da década de 1970, após um período de forte repressão política, tendo as ações concentradas, do início principalmente na região centro-sul do país, através de grupos de camponeses que, posteriormente se especializou por todo o território nacional. Nessa perspectiva, observa-se que esse movimento vem crescendo através de muitas lutas durante toda sua trajetória.

O agronegócio no Sudoeste Goiano e as contrapostas da agroecologia

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2019), o Estado de Goiás tem uma área territorial de 340.203,329, o que representa 4% do território nacional, o sétimo estado do país em extensão territorial. Está localizado na região Centro-Oeste, possuindo uma população de 7.113.540 habitantes em 246 municípios, e uma densidade demográfica de 17,65 hab/km². Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de aproximadamente R\$ 100 bilhões, no qual a pecuária e a produção de *commodities* agrícolas apresenta números significativos, pelo modelo do agronegócio.

A região Sudoeste Goiano, apesar de ser considerada berço do agronegócio, com alto índice de concentração fundiária, possui uma quantidade expressiva de pequenas propriedades e produção alimentar. Calaça e Misnerovicz (2020) trazem dados de que os produtos alimentícios cultivados por pequenos agricultores perderam espaço ao longo dos últimos anos e as mercadorias agrícolas comercial e exportadora tiveram

aumento da área colhida e da produção, ampliando seu domínio territorial. Sendo assim, os movimentos populares como o MST, veem na agroecologia uma alternativa para produção de alimentos sustentáveis e sem uso de agrotóxicos, como potencializadora de renda e permanência no campo, além de contribuir para a saúde humana e do meio ambiente.

As principais monoculturas implementadas na região Sudoeste do estado, inicialmente, foram o arroz, a soja e o milho, sendo que as duas últimas permanecem até os dias atuais, e a cana de açúcar, que entrou mais recentemente. O destaque é dado para a soja, o milho e a cana de açúcar, que nos discursos se consolidaram como potenciais geradoras de renda e emprego, como atrativos de investimento para a região (GOMES, 2020).

Desde 2001, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável figuram como algumas das principais bandeiras do MST, transformando os assentamentos em potenciais setores de produção, cooperação e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, um dos principais compromissos do MST em relação à luta pela terra e realização da reforma agrária, é justamente combater a monocultura e o uso de agrotóxicos, portanto, temintensificado o incentivo de produção agroecológicas nos assentamentos e acampamentos.

Um exemplo de reforma agrária e agroecologia, de acordo com Gomes (2015), aconteceu no Assentamento Mario Lago, ocupação que se deu em 2003, onde atualmente existe o “Projeto Agroflorestar – Cooperando com a Natureza”, que envolve: qualificar e ampliar a produção agroflorestal junto às famílias agricultoras e quilombolas no Vale do Ribeira; apoiar a “Escola Agroflorestal”, aprimorando o espaço de formação, capacitação e Educação Ambiental voltado para quilombolas, agricultores, estudantes e técnicos do Vale do Ribeira e de outras regiões; e, por fim, programar ações de pesquisa para caracterização, sistematização e monitoramento das agroflorestas. A partir dos projetos foram implantados cerca de 60 lotes de agrofloresta de 500m², que produzem e comercializam na cidade de Ribeirão Preto, diretamente nos pontos de venda e feiras livres e Comercialização Coletiva através das Cestas

Agroflorestais (GOMES, 2015), dentro do conceito de cadeias curtas de comercialização.

Os agricultores do Acampamento Leonir Orback, procuram realizar, porém com dificuldades, práticas agroecológicas em seus manejos, tanto para consumo familiar, quanto para alimentos a serem comercializados. A dificuldade é pelo fato das grandes lavouras de soja e cana-de-açúcar às margens do acampamento com práticas de manejo convencional pulverizando grandes quantidades de agrotóxicos com tratores e aeronaves.

Acampamento Leonir Orback

Próximo a cidade de Santa Helena de Goiás, está situado o Acampamento Leonir Orback, cujos sujeitos da nossa pesquisa ali se encontram. O acampamento recebeu esse nome para homenagear o trabalhador rural sem terra Leonir Orback de 25 anos, do acampamento Dom Tomás Balduino, uma das vítimas fatais de uma ação de policiais militares e grupos de elite da Polícia Militar (PM) ocorrida na tarde do dia 7 de abril de 2016 em Quedas do Iguaçu, no estado do Paraná (MST, 2019).

Os entrevistados informaram que as terras em que estão acampados, são pertencentes ao grupo Naoum que é detetor de 22 mil hectares de terras e, dentro desses, 5.800 hectares foram confiscados pelo governo federal para receber impostos de dívidas trabalhistas e dívidas com a União. Essas terras eram para ser transformadas em reforma agrária em pouco tempo, no entanto, isso não ocorreu devido ao juiz de primeira instância da cidade de Santa Helena, em 2017, conseguir aprovar a recuperação da usina e fazer com que as terras voltassem para as mãos dos usineiros, que obtiveram, desse magistrado, um prazo de dez anos para saldar as dívidas. Porém, no final de 2020 foi decretada a falência, pelo mesmo juiz, pois a empresa não cumpriu em nada o que foi acordado.

Os acampados afirmaram que antes, em 2015, o acampamento estava em outro local, também nas terras do mesmo grupo, próximo a cidade de Rio Verde, e era conhecido como Várzea da Ema. O assentamento Padre Josino de Jataí deu início à essa

luta. Cerca de 15 dias de acampamento nas terras dos usineiros, com uma divulgação estratégica, muitas pessoas também quiseram fazer parte da luta, que já totalizavam quatro mil pessoas no acampadas.

Em abril de 2016 houve muita repressão contra o movimento, no qual um dos acampados foi preso e muitas pessoas desistiram da luta devido as repressões. No final de maio de 2016, saíram da área e decidiram alugar uma área que ficava em Douradinho, também próximo à Rio Verde, para terem tempo de replanejar as próximas estratégias e ações de luta. O local contava com trinta famílias, mas, aos poucos, aquelas que haviam desistido da luta também foram voltando. Ficaram neste local por dois meses, quando retornaram para as terras da usina em uma nova ocupação, na área em que se encontram atualmente.

No dia 31 de julho de 2016 pessoas do movimento de Goiânia, Caldas Novas, Catalão, Corumbá se deslocaram ao acampamento para ajudar na organização e na luta. Fizeram nova ocupação na madrugada daquele dia. No dia seguinte, por volta das 9 horas, os policiais chegaram para cumprir a ordem de despejo, mas foram recebidos pelos advogados do movimento e por uma pessoa responsável pelo Núcleo de Direitos Humanos que coibiram qualquer ação policial.

A luta do acampamento Leonir Orback foi retratada pelas lentes da cineasta Camila Freitas, que filmou todo o processo de ocupação da fazenda e produziu o filme “Chão”, que acompanha as famílias do acampamento em diversas lutas do Movimento Sem Terra. A obra teve sua primeira exibição no 69º Festival Internacional de Cinema de Berlim, em fevereiro de 2019, e esteve entre os 12 filmes brasileiros selecionados para o evento (MST, 2019). O acampamento conta com o apoio também da Universidade Federal de Jataí (UFJ) e o Instituto Federal Goiano de Rio Verde (IFG), que apoiam na parte jurídica e agrícola.

No início do acampamento faziam guarda e ronda com cerca de quinze acampados, e utilizavam um posto de observação (figura 1), atualmente desativado. Essas rondas eram realizadas diariamente, pois na época diretores da Usina colocavam seus seguranças para fazer rondas frequentemente.

Figura 1: Posto de observação desativado.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Para melhor organização dentro do acampamento, as atividades e tarefas são divididas em setores ou Núcleos de Base (NB) que são eles: setor de alimentação, formação, religião, direitos humanos, finanças, saúde, educação, produção, segurança e infraestrutura. Cada setor tem dois coordenadores, sempre composto por um homem e uma mulher e, quando chega um novo acampado, tem que escolher o setor que quer participar.

Todos os sábados pela manhã, são realizadas reuniões dos setores e a tarde, cada responsável por seu setor se reúne também com os outros coordenadores, na qual são repassados todas as informações do a campamento, tais como custos, necessidade de multirões ou outras ajudas, lutas, passeatas, entre outras, além de apresentar os planejamentos estabelecidos. Essas reuniões acontecem em seis Núcleo de base, espaços onde se realizam as plenárias. Cada um desses receberam o nome de alguém ou fatos marcantes da luta por alguma causa, como mártires e locais de chacinas, como o Núcleo de Base Núcleo Irmã Dulce ilustrado na figura 2.

Os seis Núcleos de Base receberam os nomes de: Irmã Dulce, Frida Kalo, Eldorado dos Carajás, Irmã Dorothy, Hélio Norberto e Rosa Luxemburgo que realizam as reuniões e, em algumas ocorrem também as festas com o intuito de arrecadações de fundos (forrós, leilões, pamonhadas, dentre outras), pausadas durante o isolamento social por conta da pandemia da Covid-19.

Figura 2: Núcleo de Base Núcleo Irmã Dulce.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Ao chegar mais um companheiro para a luta e se estabelecer no acampamento, eles disponibilizam um espaço de terra para a família ficar acampada e cultivar algum alimento. Antes da tomada de decisão os responsáveis pela organização do acampamento repassam uma cartilha com as regras que eles também deverão seguir. Caso não consigam cumprir com as normas do movimento, não permanecem no acampamento, sendo convidados a se retirar. Dentre essas normas estão as questões de estarem alinhados com as políticas de luta do MST, de assumir atividades e um setor, não se envolver em conflitos internos, não consumir bebidas alcólicas dentro do acampamento, dentre outras.

Práticas agroecológicas no Acampamento Leonir Orback

O Acampamento Leonir Orback conta com a parceria do IFG de Rio Verde, promovendo oficinas sobre manejos agroecológicos. Nesses treinamentos os acampados aprendem a realizar compostagem, biofertilizantes agroecológicos, insumos e defensivos naturais. Durante a pandemia essas atividades estiveram paralisadas e ainda nos dias atuais (2022) não foram retomadas. Entretanto, sempre que chega um novo acampado no local eles repassam as práticas agroecológicas que já aprenderam como incentivo a adotar esse modelo.

Sempre que chega um companheiro novato que vem se ingressando na luta do movimento, que não tem esse conhecimento ainda, que foi formada pelo agronegócio que tudo tem que jogar veneno, aqui dentro a gente mostra que

não pode ser assim, que aqui tem tudo uma reconstrução e mostra que não pode jogar agrotóxico (Acampado Leonir Orback, 2021).

Desse modo, todas as famílias do acampamento que precisam ter produções no quintal são orientadas (não obrigadas) a desenvolver práticas agroecológicas (figuras 3 e 4). No início de 2020, os camponeses do Acampamento Leonir Orback cultivaram mais de 10 mil mudas típicas do Cerrado para recuperar as áreas de reflorestamento e nascentes destruídas pelos incêndios no mês de setembro de 2019 (MST, 2020).

220

Figuras 3 e 4: Produção agroecológica de pimentas e bananas das famílias acampadas.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Além de plantarem no próprio quintal, eles também tem áreas maiores que são plantadas e cuidadas coletivamente e que, em 2021 estavam com produção de maracujá. Possuem ainda um viveiro com várias espécies de plantas medicinais podendo ser utilizados por todos os acampados (figura 5).

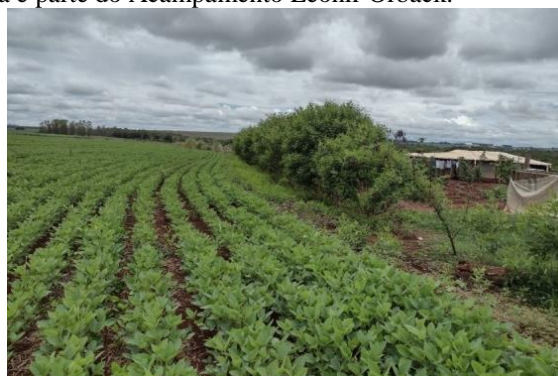
Figura 5: Viveiro de plantas medicinais.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Apesar várias famílias trabalharem de acordo com as bases agroecológicas, elas encontram dificuldades, haja vista o acampamento estar rodeado de grandes lavouras e receberem resíduos de agrotóxicos que são lançados nas plantações de soja e cana de açúcar, por tratores ou aeronaves. A figura 6 ilustra esse contraste: do lado esquerdo uma extensa plantação de soja, do lado direito à agricultura agroecológica no Acampamento Leonir Orback.

Figura 6: Plantação de soja e parte do Acampamento Leonir Orback.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

No dia das entrevistas, um avião que lançava os defensivos nas lavouras passava a todo o momento acima do acampamento, sobretudo, por cima do Núcleo de Base onde ocorria reunião/entrevista. A figura 6 ilustra muito bem essa proximidade de modelos agrícolas, nos quais as pequenas lavouras dos acampados são impactadas não apenas com os agrotóxicos da monocultura, mas também recebem insetos devoradores que migram da soja para as lavouras do acampamento, contaminação por transgênicos, dentre outros.

Outra dificuldade ainda é o fato de que nem todos os acampados estão voltados para o modelo de produção agroecológica. Nesse quesito a direção do movimento não impõe, mas procura trabalhar com eles a importância de produzir sem agrotóxico, confirmado por um dos acampados:

Nós trabalhamos a agricultura familiar na agroecologia. O movimento sempre prega isso e é uma resistência ativa que o movimento traz em nível nacional e estadual sobre produção agroecológica. Aqui pra nós a questão de produzir agroecológico e orgânico é impossível de nós fazê por causa desses avião que passa toda hora jogano veneno. Então nós tenta trabalhá aqui

pensando coletivamente a importância de produzir sem agrotóxico. Mas acontece que alguns companheiros fogem dessa linha um pouco. Mas temos que trabalhar isso, sobre essa questão do dessecante. Algumas barreiras ainda têm que ser quebradas nessa questão. Nós trabalha pra evitar isso, pra não usá agrotóxicos (Acampado Leonir Orback, 2021).

O incentivo à produção agroecológica é sempre reforçado pela direção nacional do movimento, pelos coordenadores dos Núcleos de Base do acampamento, sobretudo do setor produção, é sempre reforçado para as famílias que ali estão e ensinado aos novos integrantes que chegam ao acampamento e precisam aprender a cultivar sem o uso de agrotóxicos.

Considerações finais

Nos estudos da agroecologia, bem como nas experiências com esse modelo, observa-se que essa prática é destacada nos movimentos sociais de luta pela terra. A dificuldade de se produzir sem agrotóxicos tem sido cada vez mais recorrente para o MST, pois estão, à sua volta, latifundiários que geralmente não tem respeito pela terra, pelo meio ambiente e nem mesmo pelo ser humano. Mesmo assim, isso não tira a força de vontade de lutar pela terra e de produzir alimentos saudáveis. Nesse sentido, reconhecem que a agroecologia tem um papel fundamental na produção, mas que também se destaca no discurso político contra o sistema de morte e destruição desencadeadas pelo modelo do agronegócio.

As instituições de ensino têm um papel relevante para os movimentos sociais, pois grande parte do apoio vem de universidades e institutos que, além de estudar esses setores, veem uma forma de ajudar e a propagar seus conhecimentos e ensinamentos.

Diante do exposto e da pesquisa realizada, observa-se que no acampamento Leonir Orback existe o incentivo da prática agroecológica, uma das bandeiras levantadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o plantio em alguns quintais sem uso de venenos. Entretanto, há muita dificuldade neta experiência por estar muito próximo à plantações que recebem todo tipo de agrotóxicos gera um grande desconforto e até mesmo desânimo, pois as ervas e insetos das produções

vizinhas, expulsas pelos venenos, vão para os alimentos cultivados dentro do acampamento.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. Ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México: PNUMA, 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Goiás**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go.html>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CALAÇA, M.; SILVA, E. B.; JESUS, J. N. Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 10, n. 14, abr. 2021.

CALAÇA, M.; MISNEROVICZ, J. V. Agronegócio, campesinato e as especificidades da territorialização do capital em Goiás. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 2, p. 163-188, 2020.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **SciELO Brasil**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, dez. 2001.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: EMATER, 2009. p. 09-64.

CHAVEIRO, E. F. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, p. 01-21, 2020.

CARLI, C. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências**, n. 100, 2013.

GOMES, E.; SILVEIRA, P. R. C. Agroecologia nos assentamentos de reforma agrária: o caso do Assentamento Alvorada/RS. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 40, Passo Fundo, 2002. **Anais...** Passo Fundo: EDIUPF, 2002.

Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/44.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GOMES, N. M. **O agronegócio e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sudoeste Goiano: a percepção das trabalhadoras sem terra.** 2020. 41 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Agronegócio) – Curso de Agronegócio, Instituto Federal Goiano, Rio Verde, 2020.

GOMES, O. D. **Agrofloresta e reforma agrária: O caso do assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto-SP.** 2015. 53 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Justiça Suspende Reintegração de Posse em Ocupação no Goiás.** 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/07/17/justica-suspende-reintegracao-de-posse-em-ocupacao-no-goias/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Acampamento do MST Revitaliza Cerrado com Cultivo de 10 mil Mudanças.** 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/28/acampamento-do-mst-revitaliza-cerrado-com-cultivo-de-10-mil-mudancas/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

SILVA, G. D.; SOUZA, E. A. Luta pela terra no Sudoeste Goiano: território do agronegócio. **Revista produção acadêmica – Núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/NURBA.**, v. 3, n. 2, p. 03-15, 2017.

SOUZA, E. A. Agroecologia e educação do campo: contrapropostas para a repamonharização camponesa. In: JESUS, J. N.; SOUZA, E. A. (Orgs.). **Do Proceder ao Matopiba:** consequências da modernização agrícola e as alternativas para o campesinato. Goiânia: Vieira, 2018. p. 151-194.

SOUZA, M. M. O. Agroecologia e resitência dos povos do Cerrado: biodiversidade e diversidade cultural na construção de territórios agroecológicos. In: JESUS, J. N.; SOUZA, E. A. (Orgs.). **Do Proceder ao Matopiba:** consequências da modernização agrícola e as alternativas para o campesinato. Goiânia: Vieira, 2018. p. 195-225.

SOUZA, M. M. O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010).** 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SOUZA, M. M. O.; TALGA, D. O.; SARMIENTO, G. P. P.; SOUZA, J. D.; BOTELHO, A. M.; BORGES, J. A.; OLIVEIRA, E. B.; MELO, G. G. S.; MORAES, R. S.; SILVA, F. J. Agroecologia e Educação no Campo: reflexões a partir do núcleo de agroecologia e educação no campo (GWATÁ). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

VARGAS, D. L.; FONTOURA, A. F.; WIZNIEWSKY, J. G. Agroecologia: base da sustentabilidade dos agroecossistemas. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 1, jan./abr. 2013.